



PROJETO DE LEI INDICATIVO

DISPÕE SOBRE A IMPLANTAÇÃO DE CURSOS DE CAPACITAÇÃO NA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) NO MUNICÍPIO DE LINHARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

KELLEY BONICENHA, autoridade membro do Poder Legislativo no Município de Linhares/ES, vem, mui respeitosamente, a honrosa presença de Vossa Excelência, apresentar o seguinte Projeto de Lei Indicativo:

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Município de Linhares/ES, a política pública de oferta de cursos de Língua Brasileira de Sinais (Libras), com a finalidade de promover a acessibilidade comunicacional, a inclusão social e o atendimento adequado às pessoas surdas ou com deficiência auditiva.

Art. 2º Os cursos de que trata esta Lei terão como objetivos:

- I – capacitar e qualificar servidores públicos municipais, especialmente aqueles que atuam no atendimento direto ao público;
- II – assegurar às pessoas surdas ou com deficiência auditiva o pleno acesso aos serviços públicos municipais;
- III – fomentar políticas públicas de inclusão, cidadania e igualdade de oportunidades;
- IV – possibilitar a participação da comunidade em geral, incentivando a disseminação da Língua Brasileira de Sinais.

Art. 3º Os cursos de Língua Brasileira de Sinais (Libras) poderão ser ofertados de forma periódica, preferencialmente em níveis básico, intermediário e avançado, conforme planejamento do Poder Executivo Municipal.

Art. 4º O Poder Executivo fixará, no âmbito de sua estrutura administrativa, o efetivo mínimo de servidores com conhecimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras), sendo assegurado pelo menos um servidor capacitado em cada repartição pública.





Art. 5º Cada repartição da Administração Pública Direta e Indireta do Município convocará um servidor ou prestador de serviço para participação, sendo prioritários os servidores ou prestadores de serviço que atuam no atendimento ao público.

Art. 6º Os cursos poderão ser ofertados também à comunidade em geral, observada a disponibilidade de vagas, critérios definidos pelo Poder Executivo e a capacidade operacional do Município.

Art. 7º O Poder Executivo Municipal poderá firmar convênios, parcerias ou termos de cooperação com:

- I – instituições de ensino públicas ou privadas;
- II – universidades e institutos federais ou estaduais;
- III – associações e entidades representativas das pessoas surdas;
- IV – organizações da sociedade civil;
- V – órgãos da administração pública estadual ou federal.

Art. 8º Os cursos serão ministrados por profissionais devidamente habilitados e qualificados em Língua Brasileira de Sinais (Libras), observadas as normas legais e regulamentares vigentes.

Art. 9º Poderá ser emitido certificado de conclusão aos participantes que cumprirem os requisitos estabelecidos para cada curso.

Art. 10 A execução desta Lei ficará a cargo do Poder Executivo Municipal, que definirá os órgãos responsáveis, os critérios de implementação e a forma de operacionalização da política pública.

Art. 11. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário, respeitada a disponibilidade financeira do Município.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Linhares, 03 de fevereiro de 2026.

KELLEY BONICENHA
Vereadora – PSDB





JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem por finalidade instituir, no âmbito do Município de Linhares/ES, uma política pública permanente de oferta de cursos de Língua Brasileira de Sinais (Libras), voltada tanto à capacitação dos servidores públicos municipais quanto à participação da comunidade em geral.

A Língua Brasileira de Sinais é reconhecida como meio legal de comunicação e expressão das pessoas surdas, conforme dispõe a Lei Federal nº 10.436/2002, regulamentada pelo Decreto nº 5.626/2005. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) reforça o dever do Poder Público em garantir acessibilidade, autonomia e igualdade de condições às pessoas com deficiência.

A Constituição Federal assegura, em seus artigos 205 e 208, o direito à educação e o dever do Estado em promovê-la de forma inclusiva. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) orienta a adoção de práticas educacionais inclusivas, em consonância com as políticas públicas de educação especial.

No contexto municipal, a capacitação de servidores públicos em Libras contribui diretamente para a melhoria do atendimento à população, promovendo inclusão, respeito e efetividade no acesso aos serviços públicos. A abertura dos cursos à comunidade amplia o alcance da política pública, fortalece a cultura inclusiva e aproxima o Município das reais necessidades das pessoas surdas.

Ressalte-se que o presente Projeto de Lei possui caráter indicativo, respeitando a autonomia administrativa e orçamentária do Poder Executivo Municipal, sem prejuízo de sua relevância social e institucional.

Diante do exposto, espera-se a aprovação da presente proposição, por representar significativo avanço na consolidação de uma Linhares mais acessível, inclusiva e comprometida com os direitos das pessoas com deficiência.

Linhares, 03 de fevereiro de 2026.

KELLEY BONICENHA
Vereadora – PSDB



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://linhares.nopapercloud.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 3300320039003600380035003A005000

Assinado eletronicamente por **KELLEY BONICENHA** em 03/02/2026 15:33

Checksum: **B33B9FB39387958FF1EF7E3805C54AF38E59C16273D8C79ED21A083E4B27746C**



Autenticar documento em <https://linhares.nopapercloud.com.br/autenticidade>
com o identificador 3300320039003600380035003A005000, Documento assinado digitalmente conforme
art. 4º, II da Lei 14.063/2020.